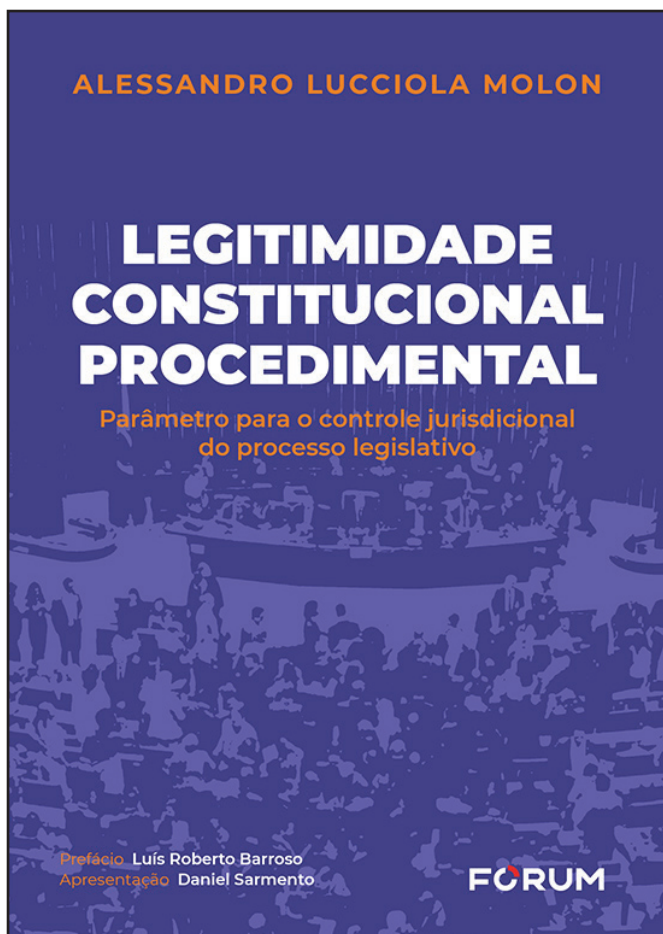




O presente livro foi defendido como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2021, aprovada com distinção, louvor e recomendação para publicação pelos Professores Luís Roberto Barroso (orientador), Daniel Sarmento, Ana Paula de Barcellos, Oscar Vilhena e Conrado Hubner. No trabalho, analisa-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre processo legislativo, problematizando a aplicação da doutrina das questões interna corporis, que tem limitado a atuação do tribunal no controle de violações procedimentais no Parlamento. O trabalho defende o controle jurisdicional de matéria regimental sempre que os dispositivos violados materializarem princípios e valores constitucionais. Segundo essa visão, questões atualmente classificadas como interna corporis pelo STF constituiriam verdadeiras questões constitucionais interpostas que, nessa qualidade, deveriam atrair a jurisdição do STF. O autor propõe o conceito de “legitimidade constitucional procedimental” como parâmetro para o controle jurisdicional do processo legislativo.

Alessandro Lucciola Molon

Prefácio

Luís Roberto Barroso

Apresentação

Daniel Sarmento

**LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL
PROCEDIMENTAL**
**Parâmetro para o controle jurisdicional do
processo legislativo**

área específica da obra
Direito Constitucional.
Direito Público.

áreas afins do livro
Política.

palavras-chave
Poder Legislativo.
Processo Legislativo.
Questões interna corporis.
Separação de Poderes.
Legitimidade Constitucional Procedimental.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3719

M728l Molon, Alessandro Lucciola

Legitimidade constitucional procedimental: parâmetro para o controle jurisdicional do processo legislativo / Alessandro Lucciola Molon. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

270 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0858-3

ISBN digital 978-85-450-0857-6

1. Poder legislativo. 2. Processo legislativo. 3. Questões *interna corporis*. 4. Separação de poderes. 5. Legitimidade constitucional procedimental. I. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOLON, Alessandro Lucciola. *Legitimidade constitucional procedimental*: parâmetro para o controle jurisdicional do processo legislativo. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 270 p. ISBN 978-85-450-0858-3.

Alessandro Lucciola Molon

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi deputado estadual por duas legislaturas (2003-2011) e deputado federal por três legislaturas (2011-2023). Como deputado federal, foi autor ou relator de importantes proposições legislativas, como da Emenda Constitucional nº 80/2014 e da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), tendo sido escolhido por cinco vezes o melhor deputado federal do Brasil pelo Prêmio Congresso em Foco, a mais conceituada premiação de parlamentares brasileiros. Atualmente, exerce a advocacia, é diretor-executivo da Aliança pela Internet Aberta e é professor no Departamento de Direito da PUC-Rio.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

POLÍTICA E DIREITO: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO POSSÍVEL

Luís Roberto Barroso	17
I. O AUTOR	17
II. O LIVRO	18
III. CONCLUSÃO	20

APRESENTAÇÃO

Daniel Sarmento	21
------------------------------	----

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

CAPÍTULO 1

A DIGNIDADE DO PODER LEGISLATIVO E O CONTROLE JURISDICIONAL DA CONSTITUCIONALIDADE DE SEUS ATOS

1.1	Em que reside a dignidade do Poder Legislativo e de sua obra, a legislação?	33
1.2	Qualquer decisão do Poder Legislativo é legítima?	46
1.3	O controle jurisdicional de constitucionalidade das leis e do processo legislativo	64
1.3.1	O constitucionalismo popular	66
1.3.2	O procedimentalismo	74

CAPÍTULO 2

O STF E O CONTROLE JURISDICIONAL DO PROCESSO LEGISLATIVO

2.1	Violações procedimentais a regimentos das casas legislativas	89
2.2	Violações procedimentais a direitos e garantias individuais	127
2.3	Violações procedimentais a preceitos constitucionais	134
2.3.1	Violações procedimentais a dispositivos constitucionais expressos	134
2.3.2	Violações procedimentais a princípios e valores constitucionais	154

CAPÍTULO 3

SEPARAÇÃO DE PODERES: OBSTÁCULO PARA O CONTROLE JURISDICIONAL DO PROCESSO LEGISLATIVO?

3.1	Surgimento da doutrina da separação de poderes	175
3.2	Separação de poderes para quê?	188
3.3	Separação de poderes: doutrina ou princípio constitucional?	205

CAPÍTULO 4

LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL PROCEDIMENTAL

4.1	O processo legislativo no ordenamento jurídico brasileiro	217
4.2	Fundamentos para o controle jurisdicional do processo legislativo	221
4.3	Legitimidade constitucional procedimental: parâmetro para o controle jurisdicional do processo legislativo	233
4.3.1	Princípio republicano	238
4.3.2	Princípio democrático	243
4.3.3	Estado de Direito	247
4.4	A que servirá o controle da legitimidade constitucional procedimental?	250
4.5	A necessária mudança da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: em defesa do controle jurisdicional da legitimidade constitucional procedimental	254

CONCLUSÃO	257
-----------------	-----

REFERÊNCIAS	263
-------------------	-----